

**RE no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.576 - SP  
(2014/0131473-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE** : ANGELITA EVANGELISTA DE PONTES  
**ADVOGADOS** : AYRTON MENDES VIANNA - SP110408  
THIAGO RAMOS VIANNA - SP279419  
**RECORRIDO** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : ALDIR PAULO CASTRO DIAS - SP138597  
JORGE ANTONIO PEREIRA - SP235013  
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -  
SP344647  
**RECORRIDO** : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A  
**ADVOGADOS** : DENIS ATANAZIO - SP229058  
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA JULGADO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR DECISÃO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ANGELITA EVANGELHISTA DE PONTES, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.607):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA - MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL - DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.618/1.623), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5º, inciso LV, e 102, inciso III, alínea "a", ambos da Constituição Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.634/1.641 e 1.643/1.649.

É o relatório.

Extraí-se dos autos que o relator do recurso especial objeto deste apelo extremo, ao constatar a existência de repercussão geral da controvérsia em exame, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, onde deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 827.996/PR (fls. 1.563/1.564).

Interposto agravo interno, o colegiado não conheceu do recurso em face da irrecorribilidade da decisão proferida.

Daí, o manejo do presente recurso extraordinário, também manifestamente incabível.

Com efeito, o recurso extraordinário requisita que a causa esteja decidida, o que não se verifica quando há mera determinação de sobrestamento do feito a fim de se aguardar a orientação dos Tribunais Superiores acerca a matéria.

Ademais, a admissão do presente recurso subverteria a lógica de julgamento das demandas repetitivas, que prevê expressamente a suspensão do processamento dos processos pendentes que versem sobre a questão.

Ante o exposto, nos termos do art. 22, § 2º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente